

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, O HOLOCAUSTO E A QUESTÃO DO COLONIALISMO

Organizadores

Karl Schurster (UPE, Brasil /UVigo, Espanha)

Márcio José Pereira (UEM, Brasil)

A pergunta que Enzo Traverso (2021) colocou há alguns anos permanece sem uma resposta satisfatória no campo de estudos da Segunda Guerra e do Holocausto: estamos vivenciando uma nova “disputa dos historiadores”? (referência à *Historikerstreit* dos anos 1980). O debate sobre a natureza da guerra ultrapassou, ao longo das décadas, o campo dos estudos militares e nos proporcionou entendimentos por diferentes áreas, que foram desde a micropolítica aos estudos sobre genocídio e a natureza do mal. Contudo, essas perspectivas multidirecionais não se conectavam plenamente, e cada uma explicava os horrores da guerra de forma relativamente independente.

Uma ausência significativa passou a ser observada na historiografia alemã, especialmente na chamada “Escola de Munique” (Institut für Zeitgeschichte – IfZ) e em parte da historiografia norte-americana: o colonialismo. Tanto na primeira geração de estudiosos sobre a Segunda Guerra e o Holocausto, como Saul Friedländer, Ernst Nolte, Martin Broszat, Hans Mommsen e Israel Gutman, quanto na geração posterior, com Götz Aly, Omer Bartov, Peter Longerich, Martin Gilbert e Richard J. Evans, o colonialismo não foi tematizado como categoria estruturante das interpretações e na explicação da natureza do conflito e da escalada de violência que culminou no genocídio. Ainda assim, algumas exceções relevantes, como Arno J. Mayer e, mais recentemente, Mark Mazower (2013), trouxeram a dimensão imperial para o centro do debate.

É importante recordar que Hannah Arendt (2013), em *Origens do Totalitarismo*, já havia estabelecido uma relação estrutural entre imperialismo,

racismo e violência estatal, ao argumentar que as práticas coloniais europeias constituíram um verdadeiro laboratório político no qual formas de dominação racial, administração burocrática da violência e exclusão jurídica foram experimentadas e posteriormente reconfiguradas no interior do continente europeu. Nesse sentido, o racismo não aparece apenas como ideologia, mas como tecnologia de poder capaz de organizar hierarquias e legitimar a eliminação de populações consideradas indesejáveis.

Ainda que Arendt enfatize a novidade do totalitarismo, sua análise sugere que essa ruptura não pode ser compreendida sem referência às continuidades inscritas na expansão imperial do século XIX. É precisamente essa ambivalência, entre descontinuidade e herança histórica, que tem sido retomada por leituras recentes, especialmente no contexto do chamado “giro decolonial”, recolocando o problema das experiências coloniais no centro das interpretações sobre a violência do século XX. Nessa perspectiva, a obra arendtiana não apenas antecipa o debate contemporâneo, mas oferece um ponto de inflexão fundamental para pensar as relações entre colonialismo, nazismo e genocídio para além de modelos explicativos lineares.

A proposta deste dossiê, portanto, foi reunir contribuições multidirecionais que abordem a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto considerando o nazismo também como uma possível manifestação de lógicas coloniais, buscando novas perspectivas sobre as relações entre racismo, imperialismo e violência extrema. Essa linha interpretativa encontra um contraponto decisivo na crítica formulada por Aimé Césaire (1950), em seu Discurso sobre o colonialismo, no qual sustenta que o nazismo não representou uma ruptura na história europeia, mas antes a reimportação, para o continente, de práticas de violência, desumanização e extermínio que haviam sido historicamente naturalizadas nos espaços coloniais. Ainda que Arendt enfatize a novidade do totalitarismo, a leitura de Césaire radicaliza a hipótese de continuidade, tensionando interpretações que insistem na excepcionalidade absoluta do fenômeno nazista e recolocando o colonialismo no centro da compreensão das violências do século XX.

É nesse contexto historiográfico que se insere a contribuição do historiador alemão Thomas Kühne, particularmente em seu artigo *Colonialism and the Holocaust: continuities, causations, and complexities*. Nesse trabalho, o autor intervém diretamente no debate ao propor uma revisão crítica das

principais interpretações que buscam articular colonialismo e Holocausto, enfatizando a necessidade de problematizar os modelos explicativos disponíveis (KÜHNE, 2013).

Kühne identifica a emergência de um “paradigma colonial” na historiografia recente, voltado a interpretar o nazismo, especialmente a guerra no Leste europeu e o genocídio dos judeus, à luz de experiências coloniais anteriores. Segundo o autor, esse paradigma não é homogêneo, ainda é um campo em disputa, que trata de um conjunto de abordagens em consolidação, sendo composto por diferentes vertentes analíticas que variam desde argumentos de continuidade direta até abordagens comparativas e estruturais (KÜHNE, 2013). Entre essas vertentes, destacam-se a hipótese de uma continuidade especificamente alemã entre o genocídio no Sudoeste Africano e o Holocausto; a noção de um repertório europeu de saber colonial mobilizado pelo nazismo; e a interpretação do expansionismo nazista como forma de “colonialismo de povoamento” (KÜHNE, 2013).

Ao mapear essas abordagens, Kühne adota uma posição crítica em relação às explicações baseadas em causalidade direta. Para ele, muitas dessas interpretações operam em níveis elevados de abstração, dificultando a apreensão das diferenças históricas fundamentais entre contextos coloniais e o projeto genocida nazista (KÜHNE, 2013). Nesse sentido, o autor questiona a ideia de que o colonialismo possa ser entendido como origem ou causa do Holocausto, enfatizando que analogias excessivamente amplas correm o risco de diluir a especificidade histórica do genocídio dos judeus europeus (KÜHNE, 2013).

Isso não implica, contudo, uma rejeição do paradigma colonial. Kühne reconhece que o colonialismo oferece categorias analíticas relevantes para compreender aspectos centrais do nazismo, especialmente no que se refere à violência contra populações civis, à racialização e às práticas de ocupação no Leste europeu (KÜHNE, 2013). O ponto central de sua argumentação reside na defesa de que essas conexões devem ser compreendidas em termos de analogia, transferência e reconfiguração, e não como continuidade linear (KÜHNE, 2013).

Essa cautela metodológica, contudo, não impede que o colonialismo seja compreendido como um espaço privilegiado de radicalização da violência

moderna. Nesse sentido, a reflexão de Achille Mbembe (2018) contribui para aprofundar o debate compreender o foco da causalidade direta para a análise das formas de poder que estruturam a produção da morte. Ao formular o conceito de necropolítica, o autor argumenta que os contextos coloniais constituíram verdadeiros laboratórios nos quais se consolidaram práticas de suspensão do direito, racialização extrema e gestão diferencial da vida e da morte. Nessas zonas, a violência se apresenta como princípio organizador, instituindo regimes nos quais determinadas populações são sistematicamente convertidas em vidas descartáveis. Ainda que não se trate de estabelecer uma linha de continuidade linear com o nazismo, essa perspectiva permite compreender como certas tecnologias de poder e formas de administração da morte, desenvolvidas no âmbito colonial, puderam ser reconfiguradas e intensificadas no contexto europeu do século XX.

Nesse quadro, a análise da Europa Oriental assume papel fundamental. Kühne observa que a conquista nazista dessa região tem sido frequentemente interpretada como um projeto de colonização, caracterizado por expropriação territorial, engenharia demográfica e violência sistemática contra populações consideradas inferiores. No entanto, insiste que tais práticas, embora comparáveis a formas coloniais, devem ser analisadas em sua especificidade histórica, evitando-se a subsunção do nazismo a modelos coloniais preexistentes (KÜHNE, 2013). O paradigma colonial possui valor heurístico na medida em que são mobilizadas conexões e similitudes, mas perde sua eficácia quando retira o que há de singularidade no Holocausto¹.

É precisamente nesse ponto de tensão entre a utilidade analítica da comparação e o risco de “apagamento” das especificidades que a intervenção do historiador Dirk Moses (2010) se insere, propondo a rearticulação do paradigma colonial em uma perspectiva de longa duração capaz de sustentar simultaneamente conexão histórica e diferenciação analítica. Moses retira o nazismo do lugar de excepcionalidade absoluta e o insere em uma história mais longa da violência imperial europeia.

Em vez de tratar o Terceiro Reich como uma ruptura radical, o autor demonstra que suas práticas se articulam a repertórios já consolidados no

¹ Não estamos aqui retornando a ideia do Holocausto como evento singular, mas entendendo que mesmo universal ou sem precedentes, para utilizar o conceito de Yehuda Bauer, ele guarda suas devidas particularidades.

século XIX, especialmente aqueles vinculados ao colonialismo e à expansão territorial racializada. A distinção entre “metrópole civilizada” e “periferia bárbara”, central ao pensamento imperial europeu, não apenas estruturou a dominação colonial ultramarina, mas também forneceu categorias cognitivas que seriam mobilizadas na reconfiguração violenta do espaço europeu sob o nazismo. Nesse sentido, o antissemitismo moderno não emergiria como fenômeno isolado, mas como parte de um campo mais amplo de produção de alteridades hierarquizadas, no qual judeus, eslavos e populações colonizadas foram posicionados em diferentes graus de exterioridade à comunidade política (MOSES, 2010).

Essa continuidade torna-se particularmente importante quando se observa a forma como o regime nazista concebeu a Europa Oriental. O Leste foi mais do que um teatro de guerra convencional, foi imaginado como espaço de colonização, passível de reorganização demográfica e exploração econômica em moldes imperiais. A política de *Lebensraum* não consistia apenas em expansão territorial, mas implicava um projeto sistemático de deslocamento, extermínio e substituição populacional que ecoa práticas coloniais anteriores, ainda que radicalizadas em escala e intensidade. Moses insiste que essa dimensão colonial não deve ser entendida como estrutura efetiva de pensamento e ação, na qual a guerra de conquista se confunde com uma “engenharia racial” voltada à criação de um novo ordenamento espacial europeu (MOSES, 2010).

Ao mesmo tempo, Moses alerta para o cuidado em evitar reduzir o nazismo a uma simples extensão do colonialismo, insistindo nas especificidades do projeto alemão. Se as práticas coloniais forneceram modelos e repertórios, o nazismo operou uma intensificação qualitativa desses elementos ao integrá-los em uma lógica de guerra total e eliminação preventiva. A violência deixa de ser instrumento de dominação para tornar-se mecanismo constitutivo de um projeto político que visava reconfigurar integralmente o espaço europeu segundo critérios raciais. Essa inflexão é decisiva, pois indica que a relação entre colonialismo e nazismo não se dá por identidade, mas por continuidade transformada, na qual categorias e práticas herdadas são rearticuladas em um contexto de crise imperial e radicalização ideológica (MOSES, 2010).

É nesse sentido que sua compreensão sobre o Holocausto está

inserida na ideia de que esse evento traumático estaria num campo mais amplo das violências que marcaram a modernidade europeia. Ainda que o extermínio dos judeus possua características próprias, sua inscrição em uma história de longo prazo da racialização e da eliminação de populações consideradas indesejáveis abre espaço para uma abordagem comparativa que não dilui suas especificidades, mas as contextualiza, como apontou Schurster e Silva (2022) em estudo mais recente.

É a partir desse enquadramento teórico e historiográfico, marcado pela tensão entre comparação e especificidade, bem como pela reconfiguração do lugar do nazismo na história da violência moderna, que se estrutura o presente dossiê. Ao reunir contribuições que operam em diferentes escalas analíticas e perspectivas interpretativas, busca-se avançar na problematização das relações entre a Segunda Guerra Mundial e o colonialismo, entendendo este não como variável acessória, mas como um campo interpretativo capaz de tensionar modelos historiográficos consolidados. Nesse sentido, este dossiê está composto por quatro artigos que exploram, sob distintos ângulos, as conexões entre a experiência da guerra total e as dinâmicas coloniais, cujas especificidades e abordagens serão apresentadas a seguir.

Os textos reunidos neste dossiê exploram diferentes dimensões das percepções sobre “A Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e a questão do colonialismo”, articulando perspectivas que atravessam a história intelectual, a história da guerra, a historiografia soviética, a crítica cultural e a história do tempo presente. Em *A racionalidade administrativa do extermínio: campos de concentração, colonialismo e responsabilidade penal*, de Paulo Busato e Heric Stillben, temos uma análise da evolução da jurisprudência alemã acerca dos crimes nazistas, a partir do julgamento de Oskar Gröning. O texto permite observar como o funcionamento burocrático dos campos de concentração pode ser compreendido para além da lógica estritamente penal. Ao reconstruir o papel de Auschwitz-Birkenau no interior das Operações Reinhard e Hungria, o artigo evidencia que a maquinaria do extermínio articulava exploração econômica, administração territorial e eliminação populacional segundo uma racionalidade que encontra paralelos importantes na história das práticas coloniais modernas.

Já em *Como o Báltico foi reconquistado segundo a historiografia soviética*, de Moisés Wagner Franciscon e Gelise Cristine Ponce Martins,

desloca-se o foco para os modos pelos quais o próprio conflito foi interpretado no interior das disputas ideológicas do século XX. A análise de obras produzidas na União Soviética para circulação interna e externa revela que a expansão nazista foi frequentemente compreendida como empreendimento colonial, mostrando que a categoria de colonialismo operou não apenas como objeto de investigação histórica posterior, mas como linguagem política mobilizada ainda durante a própria guerra e no contexto da Guerra Fria.

Essa problematização das permanências do imaginário colonial no século XX prolonga-se, em chave distinta, no artigo *Nazismo, colonialismo e as vicissitudes do nacionalismo supremacista estadunidense: um estudo a partir do rock fascista*, de Pedro Carvalho Oliveira, que desloca o debate para o tempo presente. Ao tomar produções musicais vinculadas ao chamado rock fascista estadunidense como fontes históricas, o texto evidencia como repertórios simbólicos associados ao nazismo continuam a ser mobilizados na formulação de projetos nacionalistas contemporâneos marcados por referências imperiais e supremacistas, revelando a persistência de uma gramática política que articula identidade, território e hierarquia racial.

Por fim, em *A dimensão colonial em Kriegsfibel*, de Bertolt Brecht, de Isabela Fuchs, a crítica estética torna-se também crítica histórica. A leitura dos fotoepigramas de Brecht evidencia como a guerra pode ser pensada a partir de suas conexões com a experiência colonial e com as formas modernas de representação da violência. Nesse sentido, a obra brechtiana aparece como dispositivo de desestabilização das narrativas consolidadas sobre o conflito, permitindo recolocar a Segunda Guerra Mundial no interior de uma história mais longa das hierarquias globais produzidas pela modernidade ocidental.

Essa edição da revista *História: Questões & Debates* traz, além do dossiê, uma seção livre com seus artigos de temáticas amplas e variadas. Em *Sesmarias e fazendas: atividades econômicas e os desdobramentos socioambientais nos entornos do rio Taquari, Rio Grande do Sul (1750-1850)*, Moisés Blum Vedoy e Luís Fernando da Silva Laroque, analisam como, a partir da segunda metade do século XVIII e atendendo interesses da Coroa

Portuguesa, sesmarias e fazendas são erguidas nos entornos da Bacia do Rio Taquari, com impactos socioeconômicos e ambientais, que singularizam a produção econômica da região em relação à pecuária predominante ao sul do Brasil Meridional. Já em *Historiografia da Farroupilha: entre os áulicos e a construção da ordem monárquica*, Fabrício Antonio Antunes Soares examina como a operação historiográfica se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. Tomando como fonte e objeto *Negócios do Rio Grande*, do político e integrante do IHGB Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, o autor mostra como a obra de Saturnino se articula à construção da ordem monárquica e com a disputa política palaciana em torno do imperador D. Pedro II.

O contexto econômico brasileiro na Primeira República é o tema de *As relações entre as economias paulista e paranaense na Primeira República brasileira: expectativas e disputas em torno da expansão do complexo cafeeiro*, de Paulo Roberto de Oliveira. Em um diálogo crítico com a história econômica, notadamente com a obra de Wilson Cano, o artigo busca compreender a expansão do complexo cafeeiro para além de São Paulo, investigando seu desdobramento em direção ao estado vizinho, o Paraná. O resultado aponta para um estreitamento das relações entre os dois estados no período, em função do avanço do complexo cafeeiro rumo ao sul, completado pela atuação paranaense. O processo de construção da política patrimonial brasileira é o objeto de Isabella Almeida em *A proto-história do IPHAN e os reflexos na elaboração do Decreto-Lei no 25/1937*. No texto, Isabella de Oliveira Almeida e Emerson Gomes de Oliveira buscam diferenciar as políticas patrimoniais consolidadas a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, daquelas iniciativas preservacionistas que antecederam a criação do órgão, daí a expressão “proto-história do SPHAN, termo cunhado nos anos 1970. A partir de uma revisão crítica da literatura sobre o tema e da análise dos primeiros projetos preservacionistas, a autora e o autor buscam delinear o contexto dessas primeiras iniciativas, destacando suas similaridades com os projetos pós-Estado Novo.

Em *O amigo do demônio: a gestão sujeitada de Mauro Mota a Gilberto Freyre no comando do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1956-1971)*, Tercio de Lima Amaral discute a influência política

exercida pelo sociólogo Gilberto Freyre nos rumos do Instituto Joaquim Nabuco sob a gestão do jornalista e poeta Mauro Mota. O artigo mostra como Freyre, além de nomear amigos e familiares para cargos no instituto, ditou os caminhos políticos da instituição, inclusive alinhando-a ideologicamente à ditadura militar instaurada com o golpe de 1964. Encerrando a seção livre, *Para além do trágico desfecho: uma história vista de baixo da “Operação mata-mendigo*, de Mariana Dias Antonio, lança luz sobre um conjunto de crimes contra pessoas em situação de rua perpetrados por agentes do Serviço de Repressão à Mendicância do extinto estado da Guanabara, no início dos anos 1960. Deslocando a perspectiva de análise para uma história vista de baixo, como sugere o título, o artigo procura recuperar as histórias de quatro indivíduos diretamente envolvidos no episódio, duas vítimas e dois perpetradores/acusados. Os entrecruzamentos destas histórias individuais evidenciam, entre outras coisas, uma distribuição territorialmente desigual de oportunidades de vida reais ou percebidas; a permanência de uma tradição policial autoritária e a tendência a uma punibilidade para estratos hierarquicamente inferiores do aparato estatal.

Essa edição traz, ainda, a tradução do texto *Do trauma histórico*, da historiadora italiana Sabina Loriga, professora e diretora de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Em seu texto, Loriga se propõe um balanço crítico dos estudos do trauma pela psicologia e a psicanálise, ainda nas primeiras décadas do século vinte, e sua apropriação e expansão uma vez incorporado o conceito pelos estudos literários e a história.

Boa leitura.

Clóvis Gruner
Fernando Seliprandy
(Editores)